

TEMA MONOGRÀFIC

Política educacional para os povos indígenas no sul do Brasil: a implementação de escolas para os Kaingang (1910-1967)

Education Policy for Indigenous People in Southern Brazil: the Introduction of Schools for the Kaingang (1910-1967)

Maria Aparecida Bergamaschi

cida.bergamaschi@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Juliana Schneider Medeiros

jusmedeiros@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Data de recepció de l'original: setembre de 2018

Data d'acceptació: desembre de 2018

RESUM

L'escola per als pobles indígenes a Brasil és un fenomen que va nèixer amb la colonització i va funcionar de diverses maneres segons els temps i els espais. Al període colonial i imperial (segles XVI al XIX), les iniciatives educatives dirigides cap als indígenes van ser de caràcter religiós. Només al segle XX l'Estat brasiler va anunciar i concretar polítiques educatives que, en principi, havien de ser laiques, a partir de la

creació del Servei de Protecció als Indis (SPI), que va actuar en gran part del territori nacional entre 1910 i 1967. Assentat en una pràctica tutelar, l'òrgan indigenista se'n va encarregar d'implementar polítiques que apuntaven cap a la integració dels indígenes a la societat nacional i va tindre en l'escola una important aliada en l'assoliment dels seus objectius. Sobre les polítiques d'educació escolar implementades cap al poble Kaingang, de l'estat de Rio Grande do Sul, a la regió sud de Brasil, tracta aquest article. Amb l'anàlisi de documents oficials i de bibliografia que aborden l'actuació del SPI i les seues polítiques, l'estudi mostra com i perquè van ser engegades escoles per al poble Kaingang als llocs indígenes de Nonoai, Guarita, Ligeiro i Cacique Doble, en el període de vigència de l'òrgan indigenista. És possible concloure que, en gran mesura, el SPI va assolir els seus objectius, interferint a les formes de vida tradicionals, transformant els indígenes en treballadors nacionals i ocasionant un fort perjudici a la llengua Kaingang.

PARAULES CLAU: Polítiques indigenistes, Servei de Protecció als Indis, escoles indígenes, escoles Kaingang, història de l'educació indígena.

ABSTRACT

Schooling for indigenous peoples in Brazil arose during the period of colonisation and was implemented in diverse ways in different times and spaces. During the colonial and imperial period (16th-19th centuries), educational initiatives aimed at indigenous peoples were religious in nature. It was not until the 20th century that the Brazilian government announced and specified educational policies which, in principle, were to be secular, with the creation of the Indian Protection Service (SPI) that operated across much of the country between 1910 and 1967. Based on a stewardship model, the indigenous body was responsible for implementing policies that worked towards integrating indigenous people into national society, with schools being an important ally in fulfilling this aim. This articles looks at the school education policies implemented for the Kaingang people in the state of Rio Grande do Sul in southern Brazil. By analysing official documents and bibliography covering the SPI's activities and policies, the paper demonstrates how and for what purpose schools for the Kaingang people were introduced in the communities of Nonoai, Guarita, Ligeiro and Cacique Doble during the lifespan of the indigenous body. We can broadly conclude that the SPI attained its goals, interfering in traditional ways of life and transforming indigenous people into national workers, whilst inflicting great harm on the Kaingang language.

KEYWORDS: Indigenous Policies; Indian Protection Service; indigenous schools; Kaingang schools; history of indigenous education.

RESUMEN

La escuela para los pueblos indígenas en Brasil es un fenómeno que nació con la colonización, habiendo funcionado de diversas maneras en los diferentes tiempos y espacios. Durante el período colonial e imperial (siglos XVI a XIX), las iniciativas educativas dirigidas a los indígenas fueron de carácter religioso. Sólo en el siglo XX el Estado brasileño anunció y concretó políticas educativas que, en principio, debían ser laicas, a partir de la creación del Servicio de Protección a los Indios (SPI) que actuó en gran parte del territorio nacional entre 1910 y 1967. Asentado en una práctica tutelar, el órgano indigenista se encargó de implementar políticas que apuntaban a la integración de los indígenas en la sociedad nacional y tuvo en la escuela una importante aliada en el cumplimiento de sus objetivos. Sobre las políticas de educación escolar implementadas hacia el pueblo Kaingang, del estado de Rio Grande do Sul, en la región sur de Brasil, trata el presente artículo. A través del análisis de documentos oficiales y de bibliografía que abordan la actuación del SPI y sus políticas, el estudio muestra cómo y para qué fueron puestas en marcha escuelas para el pueblo Kaingang en los puestos indígenas de Nonoai, Guarita, Ligeiro y Cacique Doble, en el periodo de vigencia del órgano indigenista. Es posible concluir que, en gran medida, el SPI alcanzó sus objetivos, interfiriendo en los modos de vida tradicionales, transformando a los indígenas en trabajadores nacionales y ocasionando fuerte daño a la lengua Kaingang.

Palabras clave: Políticas indigenistas; Servicio de Protección a los Indios; escuelas indígenas; escolas Kaingang; historia de la educación indígena.

1. INTRODUÇÃO

A escola para os povos indígenas no Brasil é um fenômeno que nasceu com a colonização, tendo funcionado de diversas maneiras nos diferentes tempos e espaços, considerando igualmente a diversidade de povos e modos de contato decorrentes do processo colonizador vigente por mais de cinco séculos. Durante o período colonial e imperial (séculos XVI a XIX) as iniciativas educacionais dirigidas aos indígenas foram de caráter religioso. Só no século XX o Estado brasileiro anunciou e concretizou políticas educacionais que, a princípio, deveriam ser laicas, a partir da criação do Serviço de Proteção

aos Índios (SPI), focalizado neste artigo. No entanto, se observa nas últimas quatro décadas um processo intenso de apropriação da instituição escolar pelas comunidades indígenas, especialmente por seus professores e suas lideranças, que tomam para si a condução de políticas educacionais, em um forte movimento de protagonismo e autoria.

O estudo da história destas escolas em sua origem, de como foram implementadas junto aos diferentes povos, ainda é escasso, não obstante a importância que adquire na compreensão das práticas escolares do presente. Um dos fenômenos mais fortes e recorrentemente lembrado pelos professores e lideranças indígenas é a tutela imposta pelo Estado brasileiro durante o século XX, implementada oficialmente com a criação de um órgão estatal para a *proteção* dos povos indígenas, qual seja o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que vigorou no país no período de 1910 a 1967. Com objetivos mais abrangentes de integrar os povos indígenas à sociedade nacional, a escola foi um aparato adotado para este fim. Entre outras atribuições que visavam civilizar e integrar os indígenas à nação brasileira, a instituição escolar introduzia a língua portuguesa, levando ao abandono das línguas originárias, atuava no sentido de ensinar o civismo, além de desenvolver um forte programa de formação para o trabalho, de acordo com as necessidades do nascente Estado nacional.

Neste artigo, apresentamos um estudo inicial das políticas educacionais desenvolvidas pelo SPI na região sul do Brasil, junto ao povo Kaingang. Focamos especialmente no que à época eram denominados de postos indígenas e atualmente configuram importantes Terras Indígenas situadas no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, nos debruçamos em pesquisas históricas já realizadas, igualmente reunindo documentos que dizem respeito às políticas desenvolvidas nestes postos indígenas referentes à educação escolar, no período de 1910 a 1967. O estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado sobre a história da educação escolar indígena junto ao povo Kaingang no território que configura o estado do Rio Grande do Sul, na região meridional do Brasil. No texto, apresentamos o SPI, suas ações principais como política indigenista da época e, mais especificamente, as intervenções materializadas em políticas de educação escolar dirigidas ao povo Kaingang.

2. POLÍTICA INDIGENISTA E POLÍTICA EDUCACIONAL: O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

As políticas educacionais para os povos indígenas no Brasil podem ser entendidas como parte das políticas indigenistas do Estado, ou seja, as ações formuladas pelas diferentes esferas do Estado que têm como objeto os povos indígenas. As políticas voltadas à educação escolar são um exemplo das demais ações do Estado em relação aos povos nativos e, nesse sentido, revelam as diretrizes gerais do indigenismo estatal e as *intenções* do Estado nos diferentes momentos da história. Na história do país é possível identificar dois momentos distintos nas relações entre o Estado e os povos indígenas, que assinalam também diferentes perspectivas na educação destinada a esses povos. O primeiro teve início no período colonial, constituiu-se de iniciativas de escolarização que tinham por objetivo a dominação e a assimilação dos povos indígenas e se estendeu até o final do século xx. O segundo momento é o da escola atual, movimento que se iniciou nos anos 70 e se fortaleceu com a Constituição Federal de 1988 que, ao reconhecer o direito dos indígenas à diferença, inaugurou um novo paradigma de educação escolar que propõe o respeito à diversidade cultural desses povos.

O Brasil tornou-se uma República em 1889 e, apesar da ruptura em termos políticos, as ações direcionadas aos indígenas mantiveram os mesmos objetivos assimilacionistas do período colonial, visando a ocupação efetiva de seu território e a sua transformação em mão de obra produtiva. A novidade foi a criação do primeiro órgão de Estado com a finalidade de estabelecer relações de caráter laico com os povos indígenas, em 1910. Primeiro chamado de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), passou, a partir de 1918, a ser apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O órgão classificou os indígenas brasileiros em quatro grupos: *isolados; em contato intermitente; em contato permanente; integrados*. Para cada grupo havia um tipo de relação e um procedimento diferente, mas a todos se buscava assimilar. A condição dos indígenas era compreendida como transitória, ou seja, através de mecanismos de homogeneização e nacionalização, os índios seriam incorporados à sociedade não-indígena sob a categoria de trabalhadores nacionais.¹

1 LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um Grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

O discurso oficial do SPI destacava a proteção e a tutela dos nativos –em oposição à violência da conquista praticada até então. No entanto, segundo Lima,² o Serviço deu prosseguimento à conquista desses povos, agora sob a forma de poder tutelar– estatizado num aparelho de abrangência nacional –já que eram vistos como incapazes e necessitariam de representantes que administrassem suas vidas. Enquanto aparelho laico, sua principal função era trabalhar na integração dos indígenas– não mais na cristianização ou na civilização. Integrar significava incluir os indígenas no projeto de nação, principalmente ao transforma-los em trabalhadores economicamente produtivos, mas também ao desenvolver neles um sentimento de nacionalidade. De acordo com Oliveira e Freire,³ os objetivos da ação indigenista eram: «a) estabelecer a convivência pacífica com os índios; b) agir para garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; c) fazer os índios adotarem gradualmente hábitos “civilizados”; d) influir de forma “amistosa” sobre a vida indígena; e) fixar o índio à terra; f) contribuir para o povoamento do interior do Brasil; g) poder acessar ou produzir bens econômicos nas terras dos índios; h) usar a força de trabalho indígena para aumentar a produtividade agrícola; i) fortalecer o sentimento indígena de pertencer a uma nação».

Nesse sentido, o SPI passou a ser um novo agente nas ações educativas junto aos povos indígenas, implantando escolas e oficinas em suas sedes construídas nos aldeamentos, agora chamados de postos indígenas. Atuando para promover a integração desses povos à nação brasileira, a escola nas aldeias passou a ocupar papel importante no povoamento de novas regiões, no processo civilizatório e na transformação dos indígenas em trabalhadores rurais. As escolas do SPI podiam ser, desde um prédio, até algum tipo de organização limitada a uma professora, em geral a esposa do chefe do posto. Nessas escolas se ministrava «as primeiras letras, em outros casos passando pelo ensino agrícola e até o de numerosos ofícios».⁴ O ensino do civismo também era uma prioridade, como se pode perceber com mais concretude nas fotos de salas de aula com um mapa do Brasil ao fundo e de alunos perfilados em frente à bandeira nacional. Embora estivessem localizadas dentro dos postos

2 Ibidem.

3 OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006, p. 112. Disponível online: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/index.htm>

4 LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um Grande cerco de paz...*, op. cit., p. 190.

indígenas, os moradores não-índios das proximidades também podiam nelas estudar.

Ao longo da atuação do SPI, por meio do qual o Estado brasileiro afirmava uma intervenção laica e de cunho nacionalizante junto aos povos indígenas, contraditoriamente permaneciam as investidas missionárias com projetos de escolarização em áreas indígenas, contando com subsídios do governo. As missões salesianas na região do Rio Negro na Amazônia, por exemplo, iniciaram em 1914, com a instalação de um sistema de internatos que durou até 1980. Essas escolas se fundamentavam pedagogicamente na moralidade cristã e nos instrumentos metodológicos dos tradicionais colégios religiosos.⁵

Em meados da década de 1960, o Serviço vivenciou uma crise devido a acusações de maus tratos aos indígenas, corrupção e ineficiência administrativa e, em 1967, já sob a ditadura civil-militar, o governo decidiu extinguir o SPI e criar um novo órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Criado como uma proposta inovadora, o órgão fazia parte de um plano mais amplo do governo militar que tinha como princípios o desenvolvimento econômico e a defesa nacional. No entanto, a criação da FUNAI não trouxe mudanças significativas nas relações com os povos indígenas e, em linhas gerais, manteve a mesma política indigenista que visava assimilar as populações indígenas à nacionalidade de modo que contribuíssem ao desenvolvimento do país.

Nas décadas de 1970/80 do século xx, um movimento articulado dos povos indígenas intensificou as lutas por direitos, principalmente pela demarcação de terras e pelo reconhecimento das diferenças étnicas, mas também por políticas de saúde e educação. A convergência do movimento se fez sentir na Constituição Federal de 1988, cuja atuação protagonista de lideranças indígenas de vários povos produziu conquistas importantes e fez surgir um período reconhecido pelos próprios indígenas como «tempo dos direitos». O Artigo 231, garantiu-lhes o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, rompendo, pelo menos oficialmente, com a política assimilacionista do Estado.

A Constituição Federal de 1988 é considerada um divisor de águas também para o tipo de políticas de educação escolar que são implementadas nas Terras Indígenas. Se antes dela a escola era reconhecida *para* os povos indígenas,

5 LUCIANO, Gersm José dos Santos. *Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

desde as conquistas constitucionais a escola passa a ser, processualmente, *dos* povos indígenas. Decorrem deste movimento, vários decretos e decisões legais, afirmando a escola indígena bilíngue ou multilíngue, específica e diferenciada, reconhecendo os processos próprios de aprendizagem e a possibilidade de currículos e calendários escolares igualmente diferenciados. Desde o ano de 1991 a responsabilidade com a educação escolar indígena passou para o Ministério da Educação e também reverbera na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e nos Planos Nacionais de Educação. De posse destas leis, consideradas instrumentos de luta, as comunidades indígenas inauguram uma atuação protagonista na condução das políticas educacionais, ampliando consideravelmente o número de escolas de Ensino Fundamental e Médio nas Terras Indígenas e podendo contar com professores próprios.

No bojo deste movimento inauguram-se políticas de ingresso no Ensino Superior, na graduação e na pós-graduação. O número de indígenas frequentando universidades brasileiras passou de 1.300 estudantes no ano de 2004, para 22.030 em 2014,⁶ um exemplo da intensificação rápida do ingresso de estudantes indígenas no Ensino Superior. São movimentos que mostram a importância que os processos de escolarização adquirem junto a maior parte dos povos indígenas brasileiros e que hoje remetem à necessidade de escrever a história da educação escolar indígena, tema pouco abordado tanto no campo da História como no da Educação.

3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS JUNTO AO POVO KAINGANG DO RIO GRANDE DO SUL

O povo Kaingang ocupa atualmente mais de 40 Terras Indígenas demarcadas no sul do Brasil, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.⁷ Estão entre os povos indígenas mais numerosos do país, com uma população total de 37.713, sendo que 18.164 vivem no Rio

6 NASCIMENTO, Rita Gomes do. «Democratização, Autonomia, Protagonismo, Governança: três iniciativas na educação superior de indígenas no Brasil», *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, 10/2 (2016), p. 254-279.

7 INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Terras Indígenas no Brasil*. URL: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/pesquisa/povo/127>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

Grande do Sul.⁸ São falantes ainda hoje de sua língua originária, que pertence à família linguística Jê, com cinco diferentes dialetos.⁹

Tradicionalmente ocupavam um território que abrangia espaços desde as bacias hidrográficas do rio Tietê até as bacias do Atlântico Sul, além da província de Misiones, na Argentina.¹⁰ No Rio Grande do Sul, os contatos dos colonizadores com os Kaingang ainda eram intermitentes e os indígenas permaneciam à margem do avanço colonizador no século XVIII.¹¹ No final do século, uma frente de expansão começou a avançar sobre os territórios Kaingang consolidando um contato permanente em meados do século XIX. Ervateiros e criadores de gado começaram a estabelecer fazendas; imigrantes alemães e italianos vieram para colonizar terras anunciadas como desocupadas; companhias de bugreiros e de pedestres foram instaladas; estradas começaram a ser abertas.¹² Em conformidade com a política indigenista do Império brasileiro, que tinha por objetivo principal aldear os indígenas em espaços restritos para liberar terras para a colonização, o governo provincial do Rio Grande do Sul iniciou uma política oficial de aldeamento, convocando jesuítas para trabalhar na civilização e sedentarização dos Kaingang por meio da catequese. A partir de 1845, o governo atuou primeiro tentando aldear os grupos Kaingang das áreas de Guarita, Nonoai e Campos do Meio –em um segundo momento tentando inclusive reunir todos os indígenas em um só aldeamento. Os esforços do governo provincial e dos jesuítas não trouxeram os resultados esperados, e na década de 1860, os grupos haviam se dispersado, restando pequenos agrupamentos nas áreas determinadas pelo governo.¹³

8 SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA. *Dados populacionais indígenas por diversos parâmetros de análise*, 2013. URL: <http://portalms.saude.gov.br/saude-indigena/gestao/siasi>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

9 WEISEMANN, Ursula. *Dicionário Kaingang-Português / Português-Kaingang*. Curitiba: Esperança, 2011.

10 LAROQUE, Luís Fernando da Silva. «Lideranças kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)», *Pesquisas: Antropologia*, 56. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

11 BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

12 LAROQUE, Luís Fernando da Silva. «Os kaingangues: momentos de historicidades indígenas», GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *Povos Indígenas. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. Volume 5. Passo Fundo: Méritos, 2009.

13 LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)*. Tese de Doutorado. Unisinos, São Leopoldo, 2006; FRANCISCO, Aline Ramos. *Selvagens e intrusos em seu próprio território: a expropriação do território Jê no sul do Brasil (1808-1875)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006; BRAGA, Danilo. *A história dos kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul*.

Em 1889, quando o Brasil se tornou uma República, sua nova Constituição Federal (1891), não fez referência nenhuma aos povos indígenas. A única menção aos índios foi em um decreto federal que transferiu aos estados a responsabilidade pelas atividades de catequese e civilização dos nativos. O Rio Grande do Sul, que era governado desde 1893 pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), nesse período inicial, não formulou uma política indigenista e manteve uma política agrária comprometida com os grandes proprietários e com o estabelecimento de novas colônias de imigrantes nas terras devolutas, que de acordo com a Constituição Federal pertenciam aos estados. O PRR tinha uma orientação política profundamente marcada pela filosofia positivista de Augusto Comte e da Igreja Positivista do Brasil (IPB), cujos preceitos permitiam conceber uma política indigenista laica, que respeitaria as populações indígenas, seus territórios e instituições, sendo tratadas como nações independentes, tendo suas terras demarcadas e protegidas de invasores. Esta política contaria também com diversas medidas visando a civilização dos indígenas. Nos primeiros anos de governo, a questão indígena não foi prioritária e somente 10 anos depois de estar no poder, em 1903, contrariando as tendências positivistas, o governo autorizou e subsidiou missionários capuchinhos e luteranos em seu trabalho de catequese e assistência aos índios da região norte do Rio Grande do Sul, onde ainda ocorriam conflitos com colonos e fazendeiros. A duração das missões foi bastante curta, em função do projeto oficial de assistência aos índios que seria desenvolvido pelo governo estadual.¹⁴

Uma mudança no relacionamento do projeto político do PRR com os povos indígenas iniciou-se com a presença do engenheiro Carlos Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização (DTC), em maio de 1908. A DTC havia sido criada no ano anterior para regulamentar a distribuição de terras a pequenos produtores, principalmente imigrantes europeus, assim como para fiscalizar as ações das companhias de colonização e controlar os conflitos no campo –especialmente com os indígenas, cuja solução passava também pela demarcação de terras.¹⁵ Este engenheiro delineou uma política

Do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

14 PEZAT, Paulo Ricardo. *Augusto Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista da República Velha*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

15 BRINGMANN, Sandor Fernando. *Entre os índios do Sul: Uma análise da atuação indigenista do SPI*

indigenista para o Rio Grande do Sul, em consonância ao debate que ocorria em âmbito nacional e que resultou na criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais em 1910. Desse modo, o Rio Grande do Sul antecipou-se ao governo federal na criação de ações protetoras aos indígenas com o objetivo de evitar a intervenção do órgão federal que estava na iminência de ser criado.¹⁶

No cenário nacional, nos anos de 1908 e 1909, ocorria um debate entre intelectuais e políticos em torno da solução para o tratamento dos povos indígenas por parte do Estado, principalmente em função dos inúmeros conflitos gerados pela invasão de terras indígenas no oeste paulista e em Santa Catarina. De um lado, estavam os defensores da catequese missionária e, de outro, os do extermínio físico dos indígenas. No entanto, segundo Lima,¹⁷ a criação do SPILTN explica-se principalmente por redes de relações anteriores a este debate entre o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), ao qual o SPI estaria submetido, e Cândido Rondon, militar e sertanista brasileiro, primeiro diretor do SPI. Segundo o autor, desde o início do século xx, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) já se preocupava com a ocupação das terras e a fixação de mão de obra por meio de uma integração nacional e discutia a necessidade de criação de um Ministério. Da mesma forma, muito tempo antes desta polêmica, Rondon já era reconhecido por suas técnicas pacíficas no contato com os indígenas em função de sua atuação na construção de linhas telegráficas nas regiões de Mato Grosso e do Amazonas a partir de 1900. Rondon era membro da Igreja Positivista do Brasil desde de 1898 e, deste modo, tinha ligações com positivistas que ocupavam o governo e, em especial, o MAIC. Assim, o ideário positivista acabou embasando a criação do SPILTN, e os missionários e a catequese foram oficialmente substituídos pelos militares e pela noção de *proteção*.

Dia 20 de junho de 1910, o decreto n. 8072 criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e estabeleceu 13 inspetorias, sendo uma delas no Rio Grande do Sul. Esta inspetoria foi, no entanto, extinta em 1911 e incorporada a do estado de Santa Catarina, conforme o novo regulamento que reformou a estrutura administrativa do SPILTN. Em

e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xaçupé/SC (1941-1967). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

16 PEZAT, Paulo Ricardo. *Augusto Comte e os fetichistas...*, op. cit.

17 LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um Grande cerco de paz...*, op. cit.

relatório, o Serviço justificou esta ação afirmando que no Rio Grande do Sul «já não há mais tribos a pacificar, estando todos os seus índios nas melhores condições de ser agremiados num ou dois centros agrícolas, tal é a situação de relativo adiantamento em que se encontram».¹⁸ Estas ideias explicitam a visão que o Serviço tinha dos Kaingang –índios em vias de ser integrados à sociedade nacional– e seus objetivos quanto ao Rio Grande do Sul–reduzir as terras indígenas e transformar seus originais ocupantes em trabalhadores nacionais.

Conforme já anunciado, o órgão indigenista classificou os povos indígenas em quatro categorias, com a finalidade de delinear suas ações de acordo com o estágio em que se encontravam. Os Kaingang se enquadravam na quarta categoria, ou seja, estavam «à beira da transformação em não-índios ou na qualidade de matéria degradada para a *Pátria*, sobre os quais a incidência do Serviço teria pouca eficácia».¹⁹ Segundo as palavras de um relatório do SPILT: «como se vê, não resta ao Serviço mais do que localizar em centros agrícolas os índios do Rio Grande do Sul a fim de transformá-los em trabalhadores nacionais».²⁰ O governo do estado do Rio Grande do Sul, cerca de um mês após a criação do Serviço, publicou um texto em que defendeu o federalismo e a autonomia dos estados e afirmou que no Rio Grande do Sul os indígenas já viviam sob a proteção das autoridades locais. De acordo com Braga,²¹ a realidade não era exatamente como afirmava o PRR ou o relatório do SPI e que, em 1910, algumas aldeias criadas anteriormente haviam sido extintas e que os Kaingang se encontravam refugiados no centro da região norte do estado.

De fato, foi na década de 1910 que a Diretoria de Terras e Colonização do estado do Rio Grande do Sul instituiu planos de demarcação das terras de 12 áreas indígenas. A sintonia que havia entre a política indigenista implementada pelo PRR e os princípios norteadores da ação desenvolvida pelo SPI foi o que permitiu que o estado mantivesse relativa autonomia, ficando a seu encargo a administração de 11 toldos: Inhacorá, Guarita, Nonoai, Serrinha, Fachinal, Caseros, Lagoão, Carreteiro, Ventarra, Erechim, Votouro. Apenas Ligeiro

18 Relatório citado em PEZAT, Paulo Ricardo. *Augusto Comte e os fetichistas...*, op. cit., p. 357.

19 LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um Grande cerco de paz...*, op. cit., p. 126, grifos no original.

20 Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1912, p. 148, citado em LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um Grande cerco de paz...*, op. cit., p. 128.

21 BRAGA, Danilo. *A história dos kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul...*, op. cit.

foi submetido ao SPI como Centro Agrícola, na década de 1910.²² Luís Fernando Laroque²³ destaca que essas demarcações foram resultado também de negociações de chefes Kaingang com o estado. Danilo Braga²⁴ assinala que à época, além das terras demarcadas, havia outras aldeias dispersas pelo estado.

De acordo com Pezat,²⁵ após a demarcação das terras indígenas de modo a não comprometer o seu projeto geral para a colonização da região norte do Rio Grande do Sul, o governo estadual desinteressou-se em barrar as ações do SPILTN. Bringmann²⁶ afirma que na década de 1930, sem a presença de Torres Gonçalves na direção da DTC, encerrou-se a política estadual de proteção aos indígenas. No Rio Grande do Sul, de certa forma os acontecimentos acompanhavam o que ocorria em esfera nacional. Com o movimento político-militar de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e a queda das oligarquias, iniciou-se um processo de reorganização, modernização e de burocratização do Estado. Pela primeira vez a Constituição Federal (1934) mencionou os indígenas, reconhecendo a posse das terras por eles ocupadas e determinando que competia à União legislar sobre os indígenas – e a sua incorporação à comunhão nacional. Ocorreu um encerramento do ciclo positivista do Serviço de Proteção aos Índios. Iniciou-se então, um momento marcado pelo nacional-desenvolvimentismo. Deixou-se a *proteção fraternal* e passou-se ao *integracionismo harmonioso*. A partir de 1930, a política indigenista foi reformulada conforme a nova ideologia do desenvolvimento econômico e da expansão do Estado nacionalista país adentro.²⁷

No entanto, o Serviço de Proteção aos Índios passou por um período de adversidades na década de 1930. Trocou de ministério três vezes e teve suas verbas reduzidas, sendo obrigado a fechar postos indígenas. Como resultado mais grave da diminuição de sua presença em certas regiões aumentaram as pressões econômicas sobre as terras indígenas onde ocorria a expansão da sociedade nacional.²⁸ Diante da situação de decadência, como uma forma de reformular a política indigenista, em 1936, o SPI criou um novo regulamento

22 BRINGMANN, Sandor Fernando. *Entre os índios do Sul...*, op. cit.

23 LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang...*, op. cit.

24 BRAGA, Danilo. *A história dos kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul...*, op. cit.

25 PEZAT, Paulo Ricardo. *Augusto Comte e os fetichistas...*, op. cit.

26 BRINGMANN, Sandor Fernando. *Entre os índios do Sul...*, op. cit.

27 ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil (1930-1967)*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

28 Ibidem.

a partir do Decreto n. 736. As orientações deste regulamento nortearam as ações do SPI até a sua extinção em 1967, representando uma estabilização frente às inúmeras mudanças interministeriais.²⁹ O Artigo 1 reflete esse direcionamento ao estabelecer que uma das finalidades do Serviço era «pôr em execução medidas e ensinamentos para a nacionalização dos selvícolas, com o objectivo de sua incorporação á sociedade brasileira».³⁰

Passado esse período, foi retomada e acentuada a expansão da presença estatal junto aos indígenas através do SPI. Em 1939, o Serviço voltou ao âmbito do Ministério da Agricultura, passando a receber mais verbas. No mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), cujo papel era assessorar a política de assistência aos povos indígenas. Ao longo da década de 1940, o Serviço sofreu uma expansão sem precedentes. Foram fundados novos postos indígenas e promovidas novas pacificações. Os indígenas voltaram a ser enfatizados como futuros trabalhadores nacionais e os postos indígenas passaram a se transformar em empresas voltadas para o lucro.³¹

O Rio Grande do Sul, além de sentir o reflexo das mudanças políticas que ocorriam no país e no próprio SPI desde 1930, também vivenciava o esgotamento dos lotes coloniais das regiões norte e noroeste do estado. Embora tenha ocorrido a demarcação das terras aos indígenas, sua posse definitiva não foi garantida, o que acabou levando à invasão por colonos de origem europeia, posseiros que haviam sido destituídos de suas terras em função dos loteamentos coloniais, além de fazendeiros. Nessa época iniciou-se também o arrendamento das terras, a extração e a comercialização da madeira e a exploração da mão de obra indígena.³²

Merece destaque o uso da mão de obra indígena pelo Serviço de Proteção aos Índios, tema pouco abordado por historiadores, mas muito forte na memória dos Kaingang –que denominavam este sistema de trabalho de

29 BRINGMANN, Sandoz Fernando. *Entre os índios do Sul...*, *op. cit.*

30 BRASIL. Decreto nº 736, de 6 de abril de 1936. Aprova, em caráter provisório, o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-736-6-abril-1936-472619-publicacaooriginal-1-pe.html>

31 ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil...*, *op. cit.*

32 SIMONIAN, Lígia. Guarita: «Violência e formas diferenciadas de expropriação», PETI/ANAÍ-RS. *Expropriação e Luta: As terras indígenas no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1990; MARCON, Telmo (Org.). *História e Cultura kaingang no Sul do Brasil*. Passo Fundo: UPF, 1994; CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: conflito na reserva indígena de Serrinha-Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

panelão. Bringmann³³ destaca que não há referências a este termo nas fontes produzidas pelo SPI e analisadas em sua pesquisa e os relatórios por ele consultados tendem a apresentar este tipo de trabalho de maneira positiva. Os termos mais comuns utilizados nos relatórios são «diárias», «tarefas coletivas», «trabalhos do Posto» e «cooperação». Além do uso da mão de obra Kaingang na agricultura, os indígenas trabalhavam na extração da madeira.³⁴ Danilo Braga, historiador kaingang, em sua pesquisa dá bastante relevo ao assunto, que já era prática em Ligeiro na década de 1930: «Grande parte do período em que o SPI e mais tarde a FUNAI administram a aldeia de Ligeiro é conhecido entre os Kaingang como o “Tempo das Turmas ou o Tempo dos Panelões”. Alguns Kaingang mais ousados ou com coragem falam do tempo dos panelões como O Tempo da Escravidão, pois trabalhavam tanto e recebiam muito pouco ou até mesmo nada pelo trabalho que eram submetidos. [...] Os panelões eram usados para fazer as comidas (café, almoço, janta) para os Kaingang do Ligeiro, nos acampamentos que faziam em pontos diferentes da aldeia para derrubar a mata, queimar e depois plantar e colher milho, trigo, feijão e nos últimos tempos a soja. [...]».³⁵

Na década de 1940, o Serviço de Proteção aos Índios ampliou sua atuação no Rio Grande do Sul. Isso se deveu em parte pelas reformulações da política indigenista do órgão federal, mas também por circunstâncias locais. Com o encerramento da política indigenista pelo governo estadual na década de 1930, a situação dos Kaingang no estado se agravou, principalmente em função das invasões de colonos em suas terras e da extinção de alguns toldos por parte do governo. No intuito de resolver esta situação, iniciaram-se tratativas entre os governos estadual e federal para a transferência da assistência de alguns toldos para o SPI.³⁶ Em 1941, além de administrar Ligeiro, o Serviço passou a tutelar Guarita, Nonoai e Cacique Doble.

De fato, a partir dos anos 40, o Serviço de Proteção aos Índios não só ampliou, mas intensificou sua atuação nos postos indígenas e, com isso, a situação dos Kaingang se tornou mais difícil. O órgão oficial passou a participar diretamente na exploração da madeira, a administrar um sistema

33 BRINGMANN, Sandor Fernando. *Entre os índios do Sul...*, op. cit., p. 238.

34 MEDEIROS, Juliana Schneider. *Escola indígena e ensino de história: um estudo em uma escola kaingang da Terra Indígena Guarita*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

35 BRAGA, Danilo. *A história dos kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul...*, op. cit., p. 65-66.

36 BRINGMANN, Sandor Fernando. *Entre os índios do Sul...*, op. cit.



Mapa 1. 13.Nonoai; 14.Guarita; 15.Ligeiro; 16.Cacique Doble. Rio Grande do Sul, Brasil, 1944. Mapa dos Postos Indígenas do Rio Grande do Sul em 1944 produzido pelo Serviço de Proteção aos Índios. Publicado em Lima, Antônio Carlos de Souza. *As órbitas do sítio: subsídios ao estudo da política indigenista no Brasil, 1910–1967*. Rio de Janeiro: Contra Capa; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2009.

de arrendamentos, a explorar ainda mais o trabalho indígena e a permitir a invasão cada vez maior de fazendeiros nas terras Kaingang. «A sua presença consolidou um novo processo de exploração da mão-de-obra indígena, dos recursos naturais e de usurpação de posse, o qual se efetivou via instituição da exploração agrícola (“roças do posto”), pela comercialização das madeiras nobres existentes na área, e ante a instauração do sistema de arrendamentos das terras».³⁷

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o Serviço de Proteção aos Índios foi constantemente denunciado na imprensa nacional e internacional por corrupção e por ações abusivas junto aos indígenas. Os casos de irregularidades administrativas envolviam situações como: a contratação de funcionários por indicação política e sem qualificação, suborno de fazendeiros a agentes do SPI, comercialização de produtos dos postos indígenas em benefício próprio dos encarregados, fraudes na contabilidade, roubo de patrimônio indígena, etc. Só entre 1962 e 1967 foram instaurados mais de 150 inquéritos administrativos contra funcionários do Serviço, cuja maioria resultou em arquivamento. Em

37 SIMONIAN, Ligia. «Guarita: Violência e formas diferenciadas de expropriação», PETI/ANAÍ-RS. *Expropriação e Luta: As terras indígenas no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1990, p. 138.

1967, já sob a ditadura civil-militar abriu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), encarregada de apurar as irregularidades denunciadas. Algumas das irregularidades constatadas em visitas da CPI ocorreram nos postos indígenas do Rio Grande do Sul. Em Guarita, por exemplo, «duas crianças foram encontradas com a cabeça quase totalmente tomada por tumores causados por parasitas bovinos. O funcionário encarregado do posto havia vendido o equipamento da enfermaria e se apropriado das verbas destinadas à compra de medicamentos».³⁸ O relatório final da CPI resultou em mais de sete mil páginas, contendo acusações de crimes ocorridos entre 1946 e 1988 e que incluíam estupro, tortura, cativeiro e assassinato. Embora os trabalhos da CPI tenham resultado em grande repercussão junto à opinião pública brasileira e internacional, a maioria dos acusados não foi punida. No Rio Grande do Sul, também ocorreram investigações em nível estadual. Em 1967 a Assembleia Legislativa abriu uma CPI para investigar a situação do posto indígena de Nonoai, em função das invasões dos colonos.³⁹ O órgão federal acabou sendo extinto e, para substituí-lo, o governo criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no final de 1967.

4. A ESCOLA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS ENTRE OS KAINGANG

Conforme já exposto, desde junho de 1910 estava criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI) cuja função era atuar na integração dos povos indígenas, transformando-os em trabalhadores economicamente produtivos e desenvolvendo neles um sentimento de nacionalidade. As ações educativas constituíram uma das frentes de trabalho do SPI na busca desse objetivo e, ao longo do tempo, foram sofrendo algumas reformulações. Nesse sentido, as escolas passaram a adentrar os postos indígenas e a compor a realidade desses povos. A partir de documentos e bibliografia, foi possível reunir informações sobre a implementação de escolas nos postos indígenas Kaingang do Rio Grande do Sul.

No momento inicial de funcionamento do SPI, no estado do Rio Grande do Sul, o órgão assumiu apenas a administração de Ligeiro, citado nos textos e documentos também como Centro Agrícola de Passo Fundo ou Centro

38 ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil...*, op. cit., p. 60.

39 MARCON, Telmo (Org.). *História e Cultura kaingãng no Sul do Brasil*. Passo Fundo: UPF, 1994.

Agrícola do Ligeiro. O regulamento do SPI, conforme o Decreto n. 9214 de 1911, determinava que os centros agrícolas tivessem escolas primárias com curso diurno e noturno, oficinas, além de espaços e materiais para os aprendizados relativos à agricultura e à pecuária. Era permitida a presença de não-indígenas, e nesse sentido percebe-se o «intento de expandir às populações circundantes os benefícios ‘pedagógicos’ dos centros, no que seria o embrião de uma área rural ao redor de um povoado».⁴⁰ Vistos, perante os administradores estatais, como grupos em estado avançado de assimilação à sociedade nacional, os Kaingang do Rio Grande do Sul, foram alvo deste tipo de projeto que se destinava à transformação dos indígenas em trabalhadores nacionais.

No final de 1919, Ligeiro passou a ser denominado de Povoação Indígena, não mais Centro Agrícola. Em relatório, naquele ano, o diretor do estabelecimento, Lila da Silveira, afirmava que as roças feitas pelos indígenas eram insuficientes para assegurar a sobrevivência do grupo, e que desse modo, prestavam serviços aos moradores dos arredores, em que acabavam sendo explorados. Mas mostrava-se confiante com os resultados apresentados pela escola instalada no toldo.⁴¹ Em relatório de 1920, o encarregado registrou que havia um problema decorrente da presença, na povoação, de uma escola mantida pelo bispado de Santa Maria – uma escola mantida por missionários capuchinhos. De acordo com Pezat,⁴² «visando fortalecer sua autoridade, Paulino de Almeida [diretor da escola] aplicou-se em conseguir a indicação de um professor para a escola leiga da povoação, denominada José Bonifácio».

No relatório referente ao ano de 1924, o diretor mencionava a reduzida frequência à escola mantida pelo SPI, justificando que isso ocorria porque os pais desencorajavam os filhos. Neste mesmo relatório registrou que a escola dos capuchinhos havia sido incendiada – não sendo possível determinar se foi acidental ou um ato criminoso. No mesmo ano, Alípio Bandeira, quadro importante do Serviço, visitou a povoação do Ligeiro. Em relatório elogiou o trabalho do diretor, mas destacou que a produção dos indígenas não era suficiente para o seu sustento, dependendo da assistência federal. Sugeriu como alternativa para a subsistência a instalação de uma serraria, para aproveitar a vasta floresta de araucárias. No documento, também observou que a frequência à escola era reduzida, pois não era obrigatória. Em um relatório de 1926, o diretor de Ligeiro escreveu que apesar das sucessivas mudanças

40 LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um Grande cerco de paz...*, op. cit., p. 245.

41 PEZAT, Paulo Ricardo. *Augusto Comte e os fetichistas...*, op. cit.

42 *Ibidem*, p. 362.

de professor da escola *José Bonifácio*, ela continuava funcionando, embora os alunos indígenas fossem minoria comparados aos alunos não indígenas que viviam nas proximidades.⁴³ A partir destes dados iniciais, fica evidente que os indígenas pouco frequentavam a escola e, independente do motivo, havia uma clara recusa dos Kaingang à instituição.

Após esse período não foi localizada bibliografia que apresentasse informações sobre a situação da escola do posto de Ligeiro. No entanto, alguns documentos do Serviço de Proteção aos Índios indicam as intenções do órgão indigenista em relação à educação escolar. Em 1936, o Decreto n. 736, instituiu um novo regulamento, que deixou mais explícito os objetivos de «incorporação dos índios à sociedade brasileira, economicamente produtivos, independentes e educados para o cumprimento de todos os deveres cívicos». O documento detalhou as medidas necessárias para tal fim no Artigo 7: «a) medidas e ensinamentos de natureza higiênica; b) escolas primárias e profissionais; c) exercícios físicos em geral e especialmente os militares; d) educação moral e cívica; e) ensinamentos de aplicação agrícola ou pecuária».⁴⁴

Nota-se que as ações educativas e a própria escola passaram a ocupar um papel de destaque na missão de incorporar os indígenas à nação. Assim, como o regulamento anterior, o novo determinava a criação de escolas primárias, com curso diurno e noturno, para os índios de ambos os sexos e de todas as idades, além de outros estabelecimentos para o aprendizado agrícola e de criação de animais – todos podiam ser também frequentados pelas crianças dos arredores, mesmo que não fossem indígenas.

Embora este regulamento tenha sido pensado ainda na década de 1930, em função das dificuldades enfrentadas pelo órgão, somente na década de 1940, o Serviço de Proteção aos Índios se reestruturou e começou a implementar mais efetivamente essas medidas. É o que se percebe a partir de um relatório de 1942, no qual o governo explicita o que entendia por «educação dos índios», deixando claro que esta se orientava no sentido da integração dos povos indígenas, ao buscar desenvolver um sentimento de nacionalidade (letra a) e transformar os indígenas em trabalhadores rurais produtivos (letra d): «a) dar-lhes a idéia da pátria e o seu culto cívico, cerimônias em torno da bandeira, hinos, História do Brasil através dos fatos mais culminantes, etc.; b)

43 PEZAT, Paulo Ricardo. *Augusto Comte e os fetichistas...*, op. cit.

44 BRASIL. Decreto nº 736, de 6 de abril de 1936. Aprova, em caráter provisório, o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-736-6-abril-1936-472619-publicacaooriginal-1-pe.html>

alfabetização dos menores e adultos de ambos os sexos; c) ensino de trabalhos manuais e domésticos; d) prática agrícola e pecuária; e) limpeza e higiene».⁴⁵

A ação do SPI se intensificou no Rio Grande do Sul justamente na década de 1940, quando criou os postos indígenas de Guarita, Nonoai e Cacique Doble. O órgão federal passaria a assumir as ações de educação escolar implantando escolas nos postos Kaingang. Por meio de bibliografia foi possível encontrar dados sobre a escola do posto indígena de Nonoai. O relatório de 1942, elaborado pelo encarregado do posto, referente ao primeiro ano de funcionamento, menciona a construção da escola, além de outras estruturas para a atividade agrícola e a criação de animais e «a regularização do sistema de plantação dos índios, com aulas práticas de agricultura». Para o ano de 1943, sabe-se que escola, denominada *Benjamin Constant*, contava com 56 alunos, dos quais 44 eram índios. No ano seguinte, a escola criou um Clube Agrícola, chamado *13 de Maio*, representando uma iniciativa pioneira de um posto indígena.⁴⁶ Já em 1958, a escola encontrava-se praticamente abandonada, pois possuía somente 22 alunos matriculados, a maioria dos quais era não-indígena – embora o censo daquele ano tenha registrado 214 indígenas com faixa etária entre 06 e 15 anos. Estes números se explicam pela situação conflituosa que viviam os Kaingang de Nonoai na época, em função da ampla invasão da área por intrusos e arrendatários.⁴⁷

Para o posto indígena de Guarita não foram obtidos dados precisos sobre a criação da primeira escola. No entanto, é provável que tenha sido construída também logo no primeiro ano de funcionamento do posto, em 1941, seguindo o que era comumente praticado pelo SPI. Zaqueu Claudino, pesquisador Kaingang, apresenta algumas informações sobre a presença da escola em Guarita, mostrando que a chegada do SPI causou «turbulência» em sua sociedade.

«Chamo esta época da correria, pela violência praticada pelo órgão governamental em terras indígenas, pois uma das questões principais deste órgão era fazer com os Kaingang deixassem de se expressar em seu idioma e adquirir a língua portuguesa. [...] Essa turbulência que atrapalhou a vida da

45 Relatório do Ministério de Agricultura, 1942, p. 132, citado em ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil...*, op. cit., p. 127-128.

46 BRINGMANN, Sandor Fernando. «O Programa Educacional do SPI e os Clubes Agrícolas Escolares: a experiência entre os Kaingáng do RS e de SC (1941-1967)», NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfé; ROSA, Helena Alpini.; BRINGMANN, Sandor Fernando (Orgs.). *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

47 BRINGMANN, Sandor Fernando. *Entre os índios do Sul...*, op. cit.

nossa sociedade na tentativa de fazer com que o Kaingang fosse esquecendo sua identidade, foi agravada com a implantação da escola para os Índios. A chegada da instituição escolar trouxe muitos prejuízos e danificou parte dos saberes ancestrais». ⁴⁸

As palavras de Claudino fornecem pistas do que a escola do Serviço de Proteção aos Índios causou. Aponta que a escola operou no sentido de impor a língua portuguesa e a cultura ocidental, prejudicando a língua originária, os saberes ancestrais e a identidade Kaingang. Um relato de Santo Claudino, pai do pesquisador e aluno da escola do SPI, mostra como isso ocorria no dia-a-dia da escola: «Na época que comecei a ir para a escola eu tinha doze anos. Meu pai e minha mãe, que são teus avós, eles nunca haviam me maltratado nem me xingado, quando fui pela primeira vez para a escola eu não sabia falar nem entendia a língua dos fóg [não-indígena]. Isso foi o pé da encrenca para começarem a me xingar, mas como não entendia então só dava risada e isto se tornava pior porque aí as professoras me colocavam de castigo. Com isso fui ficando com mais medo, aquilo parecia que me cortava o coração quando elas falavam comigo eu só sabia dizer não. Chegava em casa e contava tudo para minha mãe, ela era a minha guardiã, pois o pai o teu avô era o coronel do diretor lá no posto. Eu ficava com muito medo quando o seu avô chegava em casa de tarde no dia em que me colocavam de castigo na escola. Teve uma vez que as professoras me bateram e meu braço ficou roxo e o teu avô viu e perguntou. Eu quis mentir dizendo que foi no caminho, mas ele descobriu e a surra foi maior que aquela batida no meu braço, pois seu tio o Antonio havia contado tudo. Mas o que me marcou muito e até hoje está na minha cabeça foi quando estava na fila da merenda para pegar a sopa, era um mingau com feijão, tinha que pedir em português e como não sabia falar na língua dos fóg me mandavam voltar pro final da fila e se sobrasse eu comia, se não, voltava para casa com fome». ⁴⁹

Bruno Ferreira, ⁵⁰ que também é um pesquisador Kaingang dedicado à educação escolar de seu povo, relata que a alfabetização e o ensino escolar não

48 CLAUDINO, Zaqueu Key. *A formação da pessoa nos pressupostos da tradição: Educação indígena kaingang*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 18 e 76.

49 Relato de Santo Claudino em Claudino, Zaqueu Key. *A formação da pessoa nos pressupostos da tradição...*, *op. cit.*, p. 83.

50 FERREIRA, Bruno. *Educação Kaingang: Processos próprios de aprendizagem e educação escolar*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p. 49.

eram a prioridade do Serviço de Proteção aos Índios. Assim como os adultos, as crianças eram forçadas a trabalhar nas lavouras de milho e soja de segunda a sábado. Ele escreve que «na escola, as crianças aprendiam a escrever o seu nome e então já eram obrigadas a ir aos serviços». O autor aponta também a existência de tratamentos diferenciados aos indígenas, que passavam também pela escolarização. «Continuavam os estudos nas escolas, muitas vezes somente os filhos das lideranças».

No início da década de 1960, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil inaugurou uma escola primária no posto indígena Guarita.⁵¹ Embora este tema mereça uma análise mais detida, a iniciativa indica que o SPI atuou em colaboração com grupos religiosos, apesar do discurso laico. Referente à escola do posto indígena de Cacique Doble, não foram localizadas informações sobre a atuação do SPI em bibliografias específicas. Os dados que se tem podem ser obtidos a partir de inúmeras fotografias publicadas no livro *Memória do SPI*.⁵² É possível perceber que a escola segregava meninas e meninos para os quais destinava atividades distintas, como exemplo, o grupo de escoteiros, formado somente por meninos. Sabe-se também que nesta comunidade de Cacique Doble funcionou uma escola dirigida pelos capuchinhos, que contou com um professor leigo indicado pelos freis.⁵³ No entanto, não se sabe ao certo se desde o abandono desta escola em 1914 até a chegada do SPI houve outras experiências escolares. Quanto ao posto indígena de Ligeiro, não se tem dados sobre a escola desde a década de 1930 em diante. Os documentos oficiais do SPI, no entanto, indicam caminhos que podem ter sido tomados por essas escolas.

Em 1953, um relatório do Serviço apontava que as escolas nos postos indígenas eram idênticas às escolas rurais para não-indígenas, que visavam principalmente a alfabetização e, também, o ensino de técnicas manuais. O documento destacava que esse tipo de escola era inadequado para os grupos menos «aculturados», pois o modelo de ensino desenvolvido

51 LUCKMANN, Sandro. *Educação escolar indígena na Terra Indígena Guarita: Um olhar sobre a trajetória missionária indigenista da IECLB e COMIN*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí (RS), 2011.

52 FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011

53 D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1976.

gerava o «desinteresse das crianças e de seus pais», exceto nos grupos «mais aculturados» que falavam correntemente o português. Como alternativa para esses problemas, o SPI propôs uma reformulação das escolas para estes povos que tinham menos contato com a sociedade nacional, propondo inclusive que fosse chamada de «Casa do Índio», evitando o nome escola para fugir às conotações negativas para os índios.⁵⁴ De acordo com Rocha,⁵⁵ foi construída uma escola-modelo em uma comunidade do povo Karajá, entretanto, tal experiência não foi estendida ao resto do país, permanecendo a questão educacional tal como vinha se dando até então. Percebe-se que o SPI chegou a promover uma discussão sobre o tipo de escola que seria adequada para os indígenas, mas de qualquer modo, para os Kaingang, que figuravam na 4ª categoria, de índios em vias de transformação a nacionais e falantes correntes do português, estas mudanças na política educacional não diziam respeito.

No final da década de 1950, o SPI instituiu o Programa Educacional Indígena, denotando uma mudança de postura em relação à experiência anterior. Seguindo as novas orientações do Serviço, com base na ideologia desenvolvimentista, o Serviço tornou mais explícitas as intenções de fazer da escola um instrumento de transformação dos índios em pequenos produtores rurais. O Programa visava reformular todas as escolas dos postos indígenas para que deixassem de ser apenas alfabetizadoras. O foco central era «a ministração dos ensinamentos rurais, como a formação de pomares e hortas, criação de animais domésticos, etc.», tendo como objetivo que os indígenas obtivessem sua subsistência.⁵⁶ Para isso o Programa previa a distribuição de instrumentos agrícolas infantis e materiais didáticos específicos, além de auxiliar na criação de Clubes Agrícolas Escolares. A organização de Clubes Agrícolas Escolares junto a escolas não-indígenas compôs a política de modernização agrícola no Brasil e foi uma experiência a qual o Serviço de Proteção aos Índios decidiu aderir e levar para as escolas indígenas. O objetivo dos Clubes Agrícolas nas escolas do SPI era buscar a autonomia econômica dos postos. Inicialmente a meta era obter a merenda da escola por meio de hortas e pomares cultivadas

54 Relatório do Serviço de Proteção aos Índios, 1953, p. 10-11, citado em ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil...*, op. cit., p. 130.

55 ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil...*, op. cit.

56 Relatório do Serviço de Proteção aos Índios, 1959, p. 8, citado em ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil...*, op. cit., p. 131.

pelos alunos e, com o tempo, estimular a comercialização da produção agrícola.⁵⁷

No período de atuação do Serviço de Proteção aos Índios, os Kaingang tiveram também outras experiências de escolarização. De acordo com Matte⁵⁸ os indígenas também passaram a ter acesso à educação escolar em escolas públicas e particulares não-indígenas, próximas de suas comunidades. A autora cita como exemplo, a escola denominada Internato Rural Pedro Maciel, no município de Ijuí, que, no final dos anos 1950 e na década de 1960, recebeu crianças Kaingang, principalmente das comunidades de Inhacorá e Votouro. Miguel,⁵⁹ pesquisador Kaingang, apresenta relato de um senhor que quando criança foi levado à força de sua comunidade em Inhacorá para este internato. Conforme assinalado, na década de 1960, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil iniciou missão junto aos Kaingang de Guarita, experiência que se estendeu após a extinção do SPI. O governo estadual possivelmente manteve escolas junto aos toldos indígenas, embora não se tenha localizado bibliografia a este respeito.

5. PALAVRAS PARA CONCLUIR

As escolas do Serviço de Proteção aos Índios no Rio Grande do Sul que funcionaram nos postos indígenas de Ligeiro, Nonoai, Guarita e Cacique Doble ainda são pouco estudadas e as informações acerca do tema são escassas. Observa-se um movimento dos próprios pesquisadores indígenas, que começam a olhar para o período com indagações que surgem das escolas atuais. A tutela e demais práticas autoritárias e por vezes violentas, a adesão de algumas lideranças às políticas indigenistas impostas pelo Estado nacional e o papel desempenhado por essas escolas são alguns itens que configuram questionamentos na atualidade. As práticas escolares que ainda predominam

57 BRINGMANN, Sandor Fernando. «O Programa Educacional do SPI e os Clubes Agrícolas Escolares...», *op. cit.*

58 MATTE, Dulci Claudete. «Indígenas no RS: educação formal e etnicidade», SILVA, Gilberto Ferreira da; PENNA, Rejane; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). *RS Índio: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível online: www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsindio.pdf

59 MIGUEL, Irani K Kêgránh. *Ēg sî ag kar pã`î ag tỳ nèn ü veja kãmèn ge SPI to, Ēmã Inhacorá tá: O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na visão dos anciões e lideranças do povo Kaingáng da Terra Indígena Inhacorá (São Valério do Sul, Rio Grande do Sul)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, 2015.

em muitas escolas indígenas, embora se insiram em outro contexto político, são também tributárias das históricas práticas escolares implementadas pelo SPI.

A tutela e as práticas integracionistas deixaram marcas indeléveis nas sociedades indígenas em geral. Das experiências escolares desenvolvidas junto aos Kaingang do Rio Grande do Sul no período do SPI, a mais nefasta herança é o avario causado ao idioma deste povo. Proibida na escola, o uso da língua originária em muitas comunidades se perdeu; para fugir dos castigos impostos pela escola, os mais velhos incentivaram as crianças a falarem o português desde a tenra idade. Não tendo lugar na escola, o idioma Kaingang ficou num plano secundário de valorização, fazendo com que muitas pessoas buscassem aprimorar o português e praticá-lo no dia a dia. Ainda hoje, em muitas escolas, há um predomínio da língua do colonizador, demandando um esforço grande de lideranças, de professores e da comunidade em geral para valorizar, afirmar e reintroduzir a língua Kaingang em algumas comunidades. A situação atual mostra que um terço das crianças Kaingang que entram nas escolas indígenas no Rio Grande do Sul são falantes apenas de seu idioma originário; um terço são bilíngues Kaingang-português e um terço chegam na escola falando apenas o português. Compreender essa situação como uma construção histórica do colonialismo é uma tarefa que contribui para mudar a prática escolar e valorizar não só a língua que por si já é importante, mas valorizar conhecimentos e saberes.

Concepções nativas de território foram substituídas por um modelo demarcado de terra, que, ao mesmo tempo que reservou, subtraiu espaços, bem como alterou a forma de ocupação da terra. O trabalho forçado, inclusive de crianças, as plantações extensivas de gêneros para a comercialização, cuja renda era concentrada na figura do chefe do posto, a destruição dos modos de vida tradicionais são outros exemplos do estrago causado pelas ações tutelares do SPI, prejudicando a livre escolha e a atuação individual e coletiva autônoma destes povos. Hoje a escola indígena quer olhar para este passado para compreender os traços de colonialismo que ainda perduram. Bruno Ferreira, pesquisador Kaingang, analisando a atuação do SPI e da FUNAI junto ao seu povo, as intervenções que realizaram nos tempos e nos espaços, faz a seguinte reflexão: «Penso que esse modo de organização espacial modificou as formas próprias de organização das moradias dos Kaingang, obrigando a conviver em espaços pequenos. Acredito que isso fazia parte do projeto violento de transformar os Kaingang em colonos, na ideia de integrá-los ao progresso e à sociedade civilizada. De forma mais prática, tratava-se de mudar o modo

de vida dos Kaingang, com a proibição de rituais tradicionais, o ensino da língua portuguesa e a substituição das lideranças tradicionais por hierarquias militares». ⁶⁰

O estudo sobre este período histórico nos faz concluir que, em grande medida, o SPI atingiu seus objetivos, interferindo nos modos de vida tradicionais, transformando indígenas em trabalhadores nacionais e ocasionando forte prejuízo à língua Kaingang. Portanto, não obstante as conquistas legais que reconhecem os saberes, os modos de vida, os processos de aprendizagem próprios, ainda há muito para fazer no caminho da descolonização e da autonomia da educação escolar indígena. Escrever a história destas escolas, compreender a colonização imposta na origem de sua implementação, certamente confere elementos para a compreensão e transformação da escola atual.

60 FERREIRA, BRUNO. *Ũn si ag tũ pẽ ki vẽnh kajrãnrãn fã: o papel da escola nas comunidades kaingang*. Projeto de Tese. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, p. 9.

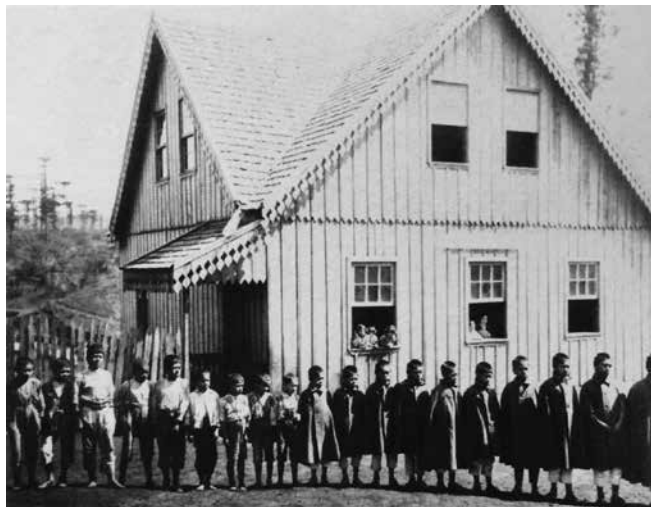


Foto 1. Casa onde funcionou até julho de 1928 a escola da Povoação, tendo à frente um grupo de alunos. Os vestidos com capas são índios. Povoação Indígena de Passo Fundo, RS, 1928. Fonte: Acervo Museu do Índio. Fotografia publicada em Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.



Foto 2. Alunos, índios e serventuários, em frente da escola. Posto de Nonoai, RS, 1942. Fonte: Acervo Museu do Índio. Fotografia publicada em Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.



Foto 3. Meninas indígenas na hora da refeição. P.I. Cacique Doble, RS, 1944. Fonte: Acervo Museu do Índio. Fotografia publicada em Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-19607)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.